

REPRESENTATIVIDADE CULTURAL NO CONTO “NAU CATRINETA”, DE RUBEM FONSECA PARA ENSINAR LITERATURA

Andre Rezende Benatti¹
Hans Stander Loureiro Lopes²

Resumo: Este artigo analisa o conto “Nau Catrineta”, de Rubem Fonseca (2004), explorando sua representatividade cultural, comparando com o conceito de denotativo e literário de cultura, bem como a importância do ensino da literatura nas escolas brasileiras. Para este trabalho, utilizamos como suporte teórico Eagleton (2013) (A ideia de cultura), Candido (1972) (O caráter da repressão), e Bosi (1992) (Dialética da Colonização).

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Cultura; Ensino.

CULTURAL REPRESENTATIVENESS IN THE STORY “NAU CATRINETA”, BY RUBEM FONSECA TO TEACH LITERATURE

Abstract: This article analyzes the short story *Nau Catrineta*, by Rubem Fonseca (2004), exploring its cultural representation, comparing with the concept of denotative and literary culture, as well as the importance of teaching literature in Brazilian schools. For this work, we used as theoretical support Eagleton (2013) (A ideia de cultura), Candido (1972) (O caráter da repressão), and Bosi (1992) (Dialética da Colonização).

Keywords: Brazilian Literature; Culture; Teaching.

O que é literatura? Uma das perguntas mais difíceis de serem respondidas, até meados do século XVIII, significava, de acordo com Jonathan Culler, no célebre *Teoria literária*: uma introdução (1999), qualquer texto que fosse escrito, não havendo, de acordo com o teórico, diferenças entre textos artísticos ou não. Na contemporaneidade percebemos que o conceito de literatura pode abranger os textos fictícios criados por escritores nas mais variadas épocas e regiões, representando a cultura, os costumes, as tradições, a vida, os conflitos e as

¹ Graduado em Letras/Espanhol, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; Mestre em Letras: estudos literários, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS; Doutorando em Letras Neolatinas: estudos literários hispânicos, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Bolsista Capes, Pesquisador do Núcleo de Estudos Historiográficos de Mato Grosso do Sul - NEHMS; Professor da Literatura Espanhola da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8909-8347> E-mail: andre_benatti29@hotmail.com

² Graduado em Administração pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (1995). Especialista em Gestão em Orçamentos e Contas Públicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2007). Mestre (2012) e Doutorando em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2012). E-mail: hans.lopes@agu.gov.br

(in)verdades da condição humana, expresso em inúmeros temas e nos mais diversos gêneros literários como poemas, romances, contos, crônicas, novelas, literatura infantil, literatura de cordel, literatura marginal, literatura erótica, dentre outros.

No âmbito dessa abrangência, dada a contribuição da diversidade cultural na proposição do ensino das publicações literárias, inclusive a infantil e a juvenil, definir literatura é sempre uma árdua tarefa. Ao longo dos anos as vertentes teóricas empenharam-se nessa tarefa, mas, por não ser uma ciência exata, o consenso real é de que a literatura, além de ter um papel importante na formação humana é, também, um direito de todos, conforme podemos perceber a partir das relações propostas por Antonio Candido em “O direito à literatura” (1995).

Antonio Candido, em seu texto “O direito à literatura”, publicado em 1972, nos demonstra a importância básica da literatura no processo de formação humana, com seus aspectos contraditórios “[...] na medida em que os educadores ao mesmo tempo preconizam e temem o efeito dos textos literários” (CANDIDO, 1995, p. 176). Na literatura podemos perceber mais claramente o conflito existente nas ideias ditas convencionais, pois esta eleva e edifica, conforme o próprio Candido (1995) a palavra. Não podemos nos confundir, quando tocamos nesta edificação, pensar que a Literatura penda para o bem ou para o mal, pois ela trata tais fatores da vida com a mesma intensidade, não havendo, portanto, uma pendência ao mal ou ao bem. Conforme Candido (1995), se podemos falar em uma função da literatura, seja a que ela é uma complexidade que inclui a contradição entre o bem e o mal e um mesmo espaço, não havia luz se não houvesse trevas. Desta forma,

[...] em nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (CANDIDO, 1995, p. 177).

O texto literário enfatiza o comum, mas, também, o diferente e o contraditório. A leitura propicia, simultaneamente, a fruição estética e a diversidade cultural, com uma linguagem que não se deixa controlar ou padronizar. As obras literárias não se restringem à organização e à classificação de dados e informações engessadas, mas se caracterizam pela multiplicidade cultural, em que os sujeitos e os lugares relacionam-se entre si, com o passado e o presente, com a cultura e a tradição, com o mundo real e o fictício. Segundo Ítalo Calvino, em *Por que ler os clássicos?* (1993, p. 10), alguns textos clássicos merecem destaque pois, "exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis"; e "quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos" (1993, p. 12).

Aprender literatura não é simplesmente uma questão didático-pedagógico oferecido no ensino escolar formal e organizado, mas faz parte do processo de formação cultural que contribui à libertação intelectual das pessoas. Se a conclusão de Culler, ao final do capítulo 2 de *Teoria literária: uma introdução*, seja que somos nós que damos uma função para o texto literário a partir do uso que fazemos deste após nossas leituras. Estudar literatura é um momento específico de ensino e aprendizagem que integra um processo educativo de mão dupla, pois a literatura contribui à educação e a cultura local fomenta as criações literárias.

A Literatura tem sua representatividade caracterizada pelas (re)criações da realidade cultural e cotidiana produzidas pelos escritores utilizando conotativamente as palavras para ofertar maior expressividade, subjetividade e sentimentos à obra. Relembramos aqui a função básica da *mimesis* aristotélica e sua verossimilhança. Por isso, no contexto cultural em que a obra fora escrita, essas criações literárias exercem importante representatividade social, visto que envolve diversos aspectos de determinada população e de suas representatividades culturais que provocam sensações e reflexões peculiares do leitor. Por meio da verossimilhança das representações literárias, podemos, mais facilmente, também acessar outras sociedades das quais não fazemos parte e em épocas cujas memórias são recriadas pelo processo artístico literário.

Essas diversas manifestações culturais foram configurando novos modos de pensar, sentir, querer, expressar e criar, derivados de questionamentos contundentes e modelos culturais diferentes que, dependendo do contexto da obra, confronta valores morais e cívico-patrióticos de outras culturas ou, até mesmo, dentro da própria realidade social. A variedade

cultural ganha representatividade e espaço na criação fictícia literária, buscando mostrar (in)coerentemente a (in)compatível e conflituosa relação entre a liberdade criadora da literatura e a diversidade cultural inimaginável da humanidade.

Dentro desse pressuposto, Rubem Fonseca mostra a relação literária-cultural de uma tradicional família por meio do conto “Nau Catrineta”, publicado em 1975 na coletânea de contos *Feliz Ano Novo*, que possui particularidades e semelhanças correlativas a narrativa épica, que ressalta as qualidades de um herói, personagem principal de fatos históricos e façanhas incríveis. O início do conto nos remete ao poema “A Nau Catrineta”, publicado em 1853 em *Romanceiro*, de autoria de Almeida Garret (1999):

*Renego de ti demônio que me estavas a atentar
A minha alma é só de Deus
O corpo dou eu ao mar.
Tomou-o um anjo nos braços
Não nos deixou afogar,
Deu um estouro o demônio, acalmaram vento e mar
E a noite a Nau Catrineta
Estava em terra a varar. (1985, p.235).*

Por sua forma de narrativa em versos, pela presença de uma estruturação característica, lemos o poema de Garret (1985) como uma epopeia. Em sua maioria, as epopeias derivam de três obras básicas, tidas como modelos perfeitos: *Iliada* e *Odisseia*, do poeta grego Homero (séc. VII a.C.), e *Eneida*, do poeta latino Virgílio (séc. I a.C.). A grande referência épica da Língua Portuguesa é a obra *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões. Poema épico que relata as grandes conquistas do navegador português Vasco da Gama, ao representar o povo lusitano dominando os mares no século XVI. A presença do sobrenatural na vida dos humanos e a mistura de assuntos relativos ao nacionalismo com o caráter maravilhoso é notadamente frequente.

Em relação aos outros gêneros, “A Nau Catrineta”, de Garret (1985), além de ter uma estrutura fixa, possui características singulares, pois os versos têm tamanhos regulares, apresenta enredo, narrador, personagens, espaço e tempo, sendo fracionado em partes que destacam seu conteúdo e sua forma. “A Nau Catrineta”, de Almeida Garret, que se

caracterizava por ser cantado, é um gênero épico-narrativo com características medievais e exclusivamente pertencente à tradição portuguesa.

Já o conto “Nau Catrineta”, de Rubem Fonseca (2004), estruturado em forma prosaica no que concerne ao gênero conto, característico de Fonseca. Fazendo um parêntese à estruturação do conto na obra de Fonseca, de acordo com Victor Manuel Lemus no artigo “Actualidad del *realismo feroz*: a propósito de la obra de Rubem Fonseca” (2009), poderia se caracterizado pelo que Bosi chamou de literatura brutalista e que Candido, mais tarde, iria definir como “realismo feroz”. O conto traz aspectos de irrealidade, violência, ficção e ritual de canibalismo, em que o narrador prende a atenção dos leitores ao relatar como uma tradicional família faz o que chamam de Decálogo Secreto, ou seja, um ritual em que o único varão do clã, no dia que completaria 21 anos, assumiria o anel que fora de seu pai e se tornaria o chefe da família.

Lembrei-me então de que era o dia do meu vigésimo primeiro aniversário. As tias deviam estar todas no corredor, esperando-me acordar. Estou acordado, gritei. Elas entraram no meu quarto. Tia Helena carregava um velho e ensebado livro de capa de couro com presilhas de metal dourado. Tia Regina trazia uma bandeja com o meu café-da-manhã, e tia Julieta uma cesta com frutas frescas, colhidas em nosso pomar. Tia Olímpia vestia-se com traje que usara ao representar a *École des femmes*, de Molière. (FONSECA, 2004, p.236).

A família formada por quatro tias e um sobrinho possui características peculiares e um passado de aventuras vividas pelos ancestrais, como no trecho abaixo:

[...] E já comemos gente, disse tia Julieta; o nosso avô antigo, Manuel de Matos era imediato da Nau Catrineta e comeu um dos marinheiros sacrificados para salvar os outros da morte pela fome [...]. (FONSECA, 2004, p.237).

Observamos nesse trecho a linguagem ficcional de violência bizarra que enfatiza a literatura imaginária de Rubem Fonseca contada de forma a potencializar seu impacto no leitor. Para Benatti (2020, p. 401) “A violência, assim como qualquer realidade social representada na Literatura existe antes do texto, e é independente deste. De tal modo, refletimos sobre uma literatura que exprime uma violência ou realidade social” A escrita

apresentada no texto não pretende apenas fazer um mero retrato da realidade-ficcional vivida por aquela família, e sim criar uma imagem desta realidade que leve o leitor a reproduzir a cena em seu imaginário enquanto explora o conto.

Para aquela família, no Decálogo Secreto estava definida a missão de José, o sobrinho que deveria assumir a liderança da casa:

[...] Abri então o Decálogo Secreto e comecei a ler os mandamentos da minha missão: É obrigação inarredável de todo primogênito de nossa Família, acima das leis de circunstância da sociedade, da religião e da ética. [...] Eu fiquei no meu quarto depois de ler o Decálogo, levantando da cama de vez em quando para ver o jardim e o bosque. Era uma missão dura, que meu pai havia cumprido e o meu avô e o meu bisavô e todos os outros. (2004, p.236).

Terry Eagleton, em *A ideia de cultura* (2003, p.11) afirma que a cultura é um conceito que deriva da natureza e significa uma atividade, deixando de ser sinônimo de adjetivos como moral e intelectual para ser apenas uma abstração. A cultura várias vezes foi conceituada por meio das representações e imagens que os pesquisadores têm acesso, mas não por conhecerem a realidade vivida nas diversas culturas. O território da cultura não é uma planície uniforme e homogênea, pois cada povo tem sua história, tradição e representatividade que são expressas por meio dos mais variados rituais e comportamentos.

Dessa forma, Hall afirma que:

A cultura, podemos dizer, está envolvida em todas essas práticas que não são geneticamente programadas em nós [...], mas que carregam sentido e valores para nós, que precisam ser significativamente interpretadas por outros, ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento. A cultura, desse modo, permeia toda a sociedade. Ela é o que diferencia o elemento “humano” na vida social daquilo que é biologicamente direcionado. Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade. (HALL, 2003, p. 21).

Assim, podemos assegurar que o estudo da cultura, especificamente no caso do texto de Fonseca, envolve o estudo das práticas e reflexões propostas dentro das estruturas textuais. Em seu conto, Rubem Fonseca se opõe de diferentes medidas e modos com a tradição cultural familiar que conhecemos, usando uma linguagem que rompe com a esteticidade/literariedade

tradicionalmente conhecida e superando marcas moralizantes e pedagogizantes do gênero literário.

No conto “Nau Catrineta” (2004), as histórias da família contadas pelas tias eram repletas de aventuras e uma representatividade cultural peculiar:

Tia Helena contou, animada, aventuras dos parentes que remontavam ao século XVI. Todos os primogênitos eram e são obrigatoriamente artistas e carnívoros e, sempre que possível, caçam, matam e comem a presa. Vasco de Matos, um dos nossos avós, comia até as raposas que caçava. Mais tarde, quando começamos a criar animais domésticos, nós mesmos matávamos os carneiros, coelhos, patos, galinhas, porcos e mesmo os bezerros e vacas que comíamos. Não somos como os outros, disse tia Helena, que não têm coragem de matar ou mesmo ver matar um animal e apenas querem saboreá-lo inocentemente. Em nossa família somos carnívoros conscientes e responsáveis. Tanto em Portugal como no Brasil. (2004, p.237).

Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização* (1992, p. 16), conceitua a cultura como uma série conjunta entre as práticas, as técnicas, os símbolos e valores que são, de alguma forma transmitidos de uma geração à outra. Primeiramente efetivada através de práticas orais, a cultura, com o advento da imprensa passa, também, a contar com o auxílio de texto escrito para se perpetuar, hoje, na era digital, tanto as práticas orais quanto as escritas são ressignificadas e postas em diálogo. São as transmissões destas práticas, técnicas, símbolos e dos valores que garantem o estado, para Bosi (1992), de coexistência social. Para Bosi (1992, p.16), “Nas sociedades densamente urbanizadas, a cultura foi tomando também o sentido de condição de vida mais humana, digna de almejar-se, o termo final de um processo cujo valor é estimado, mais ou menos conscientemente, por todas as classes e grupos.” Sujeitar ou adaptar um povo a um determinado padrão de cultura supostamente superior é aculturá-lo.

A cultura é muito mais que um padrão de comportamento e costumes, pois ao longo da história tem exercido uma ação transformadora e desagregadora das chamadas regras socioculturais. Essas transformações podem ocorrer de forma aleatória ou por imposição, como no processo colonizador e no seu efeito globalizado de impulsionar o capitalismo mundial. O colonizador impõe sua cultura, extermina idéias, opiniões e vidas. Escravizam os nativos, tira sua identidade e explora economicamente a região colonizada.

Alfredo Bossi (1992) relata que índios, negros e mestiços foram submetidos as mais variadas formas de violenta interação cultural nas Américas portuguesa e espanhola. O genocídio dos astecas e dos incas, obra de Cortez e de Pizarro, foi apenas o marco inaugural. “A Argentina conheceu a sangrenta *conquista del desierto* à custa dos índios e mestiços patagões. Pagava-se em moeda inglesa o par de orelhas *de índio*, mas, como em pouco tempo viam-se muitos indígenas com as orelhas cortadas, e ainda vivos, recorreu-se ao expediente mais eficaz de pagar pelo par de testículos de índio.” (BOSI, 1992, p. 20).

A ambição e a hostilidade exterminaram povos e culturas. No Brasil colonial os portugueses e missionários tentaram aculturar os índios ao desconstruir suas crenças e rituais religiosos. No conflito de culturas prevalece o mais forte, o que impõem as mudanças pela violência e pelo medo em meio à resistência do colonizado. É na resistência das práticas culturais enraizadas no tempo e no espaço que se fortalecem as ideologias locais, geográficas e as expressões simbólicas em geral.

No conto de Rubem Fonseca, a cultura se perpetuava não apenas pela leitura e realização do Decálogo Secreto, mas, também, pelas histórias (im)postas sobre o tema Nau Catrineta. O menor resquício de dúvida demonstrado pela pessoa que ouvia os relatos era considerado uma afronta a cultura familiar de José e suas tias:

[...] Tia Julieta perguntou se ela (Ermê) conhecia o Cancioneiro português. Ermê disse que havia lido alguma coisa no Garret, e que entendia o poema como uma alegoria da luta entre o Mal e o Bem, acabando este por vencer, como é uso em tantas homílias medievais.

Então não acreditas que o anjo salvou o capitão?, perguntou tia Julieta.

É o que está escrito, não? De qualquer forma, são apenas versos saídos da imaginação fantasiosa do povo, disse Ermê.

Então não acreditas que ocorreu um episódio verdadeiro, semelhante ao poema, no navio que levava daqui para Portugal, em 1565, Jorge de Albuquerque Coelho?, perguntou tia Regina. Ermê sorriu delicadamente, sem responder, como fazem os jovens com os velhos a quem não querem desagradar.

[...] tia Regina saiu da sala para voltar pouco depois, carregada de livros. [...] E este, e este mais, e este — e tia Regina foi jogando os livros sobre a mesa manuelina no centro da Sala Pequena — todos cheios apenas de especulações, raciocínios sem fundamento, falsas proposições, impostura e ignorância. A verdade histórica temo-la aqui neste livro, o Diário de bordo de nosso avô antigo, Manuel de Matos, imediato do navio que em 1565 levou daqui para Portugal Jorge de Albuquerque Coelho.

[...] Mas o assunto não havia sido encerrado. Era como se o silêncio de Ermê estimulasse ainda mais minhas tias a falar do assunto. No poema, que os jograis se encarregaram de espalhar, o capitão é salvo da morte por um anjo, disse tia Julieta. A verdadeira história, que está no Diário do nosso avô antigo, nunca foi sabida para que fosse protegido o nome e o prestígio de Albuquerque Coelho. (FONSECA, 2004, p.238-239).

Ouvir falar de uma cultura por meio de histórias é diferente de vivenciá-la. A abordagem cultural deve ir muito além do conhecimento histórico, local e geográfico. É preciso conhecer as realidades, as vestimentas, as crenças, os discursos, as imagens mentais e as representatividades que compõem tal cultura. O ritual de passagem de José a chefe da família era uma cultura que não tinha nada de moral ou intelectual, mas era uma cerimônia pomposa e que possuía protocolos próprios que deveriam ser cumpridos para que tudo saísse a contento.

Minhas tias retiraram seus mais pomposos vestidos de gala dos armários e baús. Tia Olímpia vestiu sua roupa favorita, que ela guardava para ocasiões muito importantes, o traje que ela usara ao representar Fedra pela última vez. Dona Maria Nunes, a nossa governanta, construiu enormes e elaborados penteados na cabeça de cada uma; como era praxe entre as mulheres da família, as tias nunca haviam cortado os cabelos. (FONSECA, 2004, p.236).

Para Terry Eagleton o materialismo cultural designava um minucioso processo material, ou seja, preparação detalhada de cada etapa, exatamente como no trecho citado acima. Afinal de contas, cultura pode ser conceituada de diversas maneiras, dependendo da realidade social. “A própria raiz latina da palavra cultura, que é *colere*, que pode significar desde cultivar e habitar até prestar culto e proteger. De acordo com Eagleton, a cultura é aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz, pois o termo cultura já é em si mesmo uma forma de desconstrução, uma vez que a natureza produz cultura que altera a natureza.” (EAGLETON, 2003, p.12-13).

As representações culturais enchem o espírito humano e podem significar tanto a realidade individual quanto a social. Por meio dessa representatividade é possível abordar as diferenças e semelhanças de populações diversas. Pode-se inferir que as representações não falam somente do que existe, mas também do que é a imaginação. Imaginação que faz do conto “Nau Catrineta” uma viagem ao mais profundo realismo que o imaginário permite. Um

salto para o desconhecido que possibilita ao leitor ter acesso a ruptura de hábitos culturais que tradicionalmente não fazem parte do contexto social.

A cultura daquela família era embasada na tradição de seus antepassados, sendo aquele o momento de José, que ao completar a maioria exigida, realizaria a missão que lhe fora determinada ao nascer. Sua mãe morreria no parto e seu pai, primo-irmão da mãe dele, suicidou-se um mês depois. É possível inferir que também era uma cultura (ou regra) familiar o casamento entre parentes. Porém, segundo Terry Eagleton, “a cultura também é um cumprimento de regras, que não são nem totalmente fortuitas nem rigidamente estabelecidas, pois quem estivesse inteiramente dispensado de obedecer a convenções culturais não seria mais livre do que alguém que delas fosse escravo.” (2003, p.15).

Entre a rigidez e a liberdade surge Ermelinda Balsemão, uma jovem educada e muito bonita. Ermê, assim chamada, era a convidada especial para a festa de aniversário de José.

Da janela do meu quarto vi, iluminado pelo claro brilho da lua cheia, o carro de Ermê, com a capota arriada, entrar lentamente pelo portão de pedra, subir o caminho ladeado de hortênsias e parar em frente à alta casuarina que se erguia no centro do gramado.” [...] “Estou com medo, disse Ermê, não sei por que mas estou com medo. Acho que é esta casa, ela é muito bonita mas é tão sombria! Você está com medo é das tias, eu disse. Levei Ermê para a Sala Pequena, onde as tias estavam. Elas ficaram impressionadas com a beleza e a educação de Ermê, e trataram-na com muito carinho. Vi logo que Ermê havia recebido a aprovação de todas. Será nesta noite mesmo, eu disse a tia Helena, avise às outras. Eu queria terminar logo a minha missão. (FONSECA, 2004, p.237).

Ermê era uma peça importante para que a missão fosse cumprida. Após o jantar as tias retiram-se à pequena capela para rezar uma novena. José e Ermê decidem ficar sozinhos em um quarto-biblioteca, lugar preferido do anfitrião.

[...] Beije-a. Sua boca era fresca e calorosa, como vinho maduro. [...] Seu corpo tinha a solidez e o dor de uma árvore de muitas flores e frutos e a força de um animal selvagem livre. [...] Por que você não arranja um emprego e não casa comigo?, Ermê perguntou. Eu ri, pois não sabia fazer nada a não ser escrever poemas. [...] Está bem, vamos casar, eu disse. Vesti-me, saí da biblioteca e fui até a copa. (2004, p.241).

Segundo Eagleton, “a palavra cultura contém uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade.” (2003, p.15). Em “Nau Catrineta”, José não ficou dividido entre uma coisa nem outra, pois estava preparado para fazer espontaneamente. O jovem não comeu no jantar, pois estava guardando a fome para mais tarde (FONSECA, 2004, p.240).

[...] Tirei do bolso o frasco negro de cristal que tia Helena me havia dado naquela noite e me lembrei do nosso diálogo atrás da porta: Eu mesmo tenho que escolher e sacrificar a pessoa que vou comer no meu vigésimo primeiro ano de vida, não é isso?, perguntei. Sim, tu mesmo tens de matá-la; não use de eufemismo tolos, tu vais matá-la e depois comê-la, ainda hoje, que foi o dia que tu mesmo escolheste, e isso é tudo, respondeu tia Helena; e quando eu disse que não queria que Ermê sofresse, tia Helena disse, e nós lá somos de fazer sofrer as pessoas? E me deu um frasco de cristal negro, ornado de prata lavrada, explicando que dentro do frasco havia um veneno poderosíssimo, de que bastava apenas uma ínfima gota para matar, incolor, insípido e inodoro como água pura, a morte por ele causada era instantânea [...] (FONSECA, 2004, p.241-242).

Pode-se entender a cultura “como uma *autocultura*, ou seja, uma dualidade entre faculdades mais e menos elevadas, vontade e desejo, razão e paixão, que aquela se oferece instantaneamente para ultrapassar.” (EAGLETON, 2003, p.16). Para José, preservar a cultura familiar era uma questão de autodomínio e autorrealização, pois manter a tradição significava aceitar o que estava a sua volta e o que estava dentro dele.

A abordagem cultural individual é outra característica de “Nau Catrineta”, enfatizada na experiência direta e na atitude de cada um. No conto, cada personagem tem à sua maneira de sentir, perceber e agir para que o ritual aconteça, pois é por meio dos sentidos e do corpo que cada um desenvolve sua experiência cultural. O contexto permanece, mas de maneira que a sensibilidade e o imaginário individual revelam o sentimento e a percepção de cada integrante da família e, também, de Ermê, convidada que era o prato principal da noite. A narrativa de Rubem Fonseca torna possível compreender a situação e o ambiente de uma maneira que desperta no leitor uma mistura de revolta e indignação pelo que irá acontecer.

Ermê achou o vidrinho lindo e que o líquido era um filtro de amor. Uma gotinha em cada taça de champanhe e os dois ficariam loucamente apaixonados.

A taça caiu de sua mão sobre a mesa, partindo-se, e logo o rosto de Ermê abateu-se sobre os fragmentos de cristal. [...] Ela nem teve tempo de saber o que aconteceu. [...] As tias entraram na saleta, acompanhadas de dona Maria Nunes. Estamos orgulhosos de ti, disse tia Helena. Será tudo aproveitado, disse tia Regina. Os ossos serão moídos e dados aos porcos, junto com a farinha de milho e sabugo. Com as tripas faremos salpicões e alheiras. Os miolos e as carnes nobres tu os comerás. [...] Na mesa grande do Salão de Banquetes, que eu nunca vira ser usado em toda minha vida, foi cumprida a minha missão, com muita pompa e cerimônia. [...] Não pusemos muito tempero para não estragar o gosto. Está quase crua, é um pedaço da nádega, muito macio, disse tia Helena. O gosto de Ermê era ligeiramente adocicado, como vitela mamona, porém mais saboroso. Quando engoli o primeiro bocado, tia Julieta, que me observava atentamente, sentada, como as outras, em volta da mesa, retirou o Anel de seu dedo indicador, colocando-o no meu. [...] És agora o chefe da família. (2004, p.242).

Podemos perceber que, a partir do que foi dito que, como afirmamos no início deste artigo, a função do texto literário, baseado em Culler (1999), não existe propriamente, somos nós que, através da leitura damos esta função a ele. Ler a representatividade cultural dentro do texto literário faz, de alguma maneira, com que nós aliemos a representatividade mimética dos textos prosaicos ao fato de nos valermos do texto literário como forma de manutenção da cultura de determinado local. Em “Nau Catrineta” percebemos que a flutuação que o conto faz entre a cultura brasileira e portuguesa, nos faz refletir sobre a própria colonização brasileira pela metrópole de Portugal.

Ao pensarmos a Nau de Fonseca em comparação com a de Garret, percebemos ainda que há uma comparação implícita entre Portugal abolicionista de Garret e o Brasil ditatorial de Fonseca. Maria Luiza Scher Pereira (2019, p. 46), afirma que:

desvelando a história encoberta pela alegoria do pacto recusado pelo Capitão, o que aparece é a verdade da cena da devoração e, portanto, temos a desmistificação de uma mitologia colonialista: atribuir o canibalismo e a barbárie aos povos colonizados, ao mesmo tempo que a imagem do colonizador é associada à virtude e à coragem.

Desta forma pensamos a literatura como um texto que nos ensina mesmo que implicitamente através do seu poder de representatividade das sociedades da forma mais bruta e ao mesmo tempo sutil. A Literatura em si educa e ensina. Os textos literários consagrados encantam, ensinam e nos proporcionam experiências únicas. Nos ajudam a refletir sobre as

diversas representatividades culturais e humanas. Aprendemos não apenas das diversas épocas e lugares, mas de nós mesmo, pois estimulam o aprendizado e a busca pelo conhecimento que modifica e transforma.

A educação literária não é um processo rígido e inerte caracterizado simplesmente pela leitura do texto. Conforme afirma Fenando Azevedo, em *Clássicos da Literatura Infantil e Juvenil e a Educação Literária* (2013), o conhecimento dos textos clássicos, assim como de tudo o que compõe aquilo que chamamos História da Literatura, que engloba autores, temas, estilos literários, faz com que o sujeito consiga reconhecer uma leitura do mundo de forma ampla e sofisticada por meio das conexões entre os textos, das relações de intertextualidade que os textos estabelecem. A produção textual proporciona uma relação de aprendizado entre o autor e o leitor por meio da palavra escrita que simboliza a cultura, aquilo que não se vê, a coisa ausente, desejada, temida e desconhecida. Ensinar literatura é formar *leitores* do (bom) *texto literário* e *formar o gosto* estético desses leitores, entendendo-se "gosto" como a "principal atividade cultural, entre as faculdades políticas dos homens". (ARENDDT, 1979, p. 277).

O gosto pela leitura pode ser ensinado, mas a leitura de bom gosto é uma decisão muito pessoal. O educador tem participação fundamental na articulação de princípios e práticas que possibilitem a construção literária do aluno/leitor. Lógico que nada acontece instantaneamente, até pelas próprias condições precárias do ensino brasileiro que desestimula a leitura e, principalmente, o avanço das aulas de literatura na grade curricular. É preciso dinamizar e propor a leitura. Mostrar o caminho e fazer das aulas de literatura um momento prazeroso.

A escola deveria proporcionar e incentivar o gosto pela leitura, mas que pode, a depender de como a literatura será abordada, prejudicar o processo de “gosto”, de formação do sujeito leitor. Por isso é nesse espaço institucional que mais se podem (de)formar leitores, adaptando-os àquelas necessidades pragmáticas da leitura e achatando seus horizontes de expectativas, por meio da repetição cotidiana de incessantes exercícios de "mesmice literária". Por exemplo, ler apenas "camadas mais aparentes" de um escrito, de tipos e gêneros textuais considerados "do cotidiano". “[...] fazem da leitura um exercício escolar e escolarizado; supondo se adequarem ao "gosto", aos interesses e à realidade dos leitores em formação, impedem-nos de avançar e conhecer aquilo que nem sabem existir; quando não se consideram

sujeitos, também eles, desse contínuo processo de formação como leitores de configurações textuais.” (MORTATTI, 2007b, p. 10).

Ainda é possível ensinar literatura nas escolas, mas não de forma isolada. Assim como a representatividade cultural é diversificada em vários lugares e mesmo assim dialogam entre si, faz-se necessário uma abordagem interdisciplinar do texto literário nos diversos níveis escolares e institucionais. A educação literária não pode ter na revolução digital um empecilho para o avanço da leitura, mas sim, uma forma de buscar novas ferramentas que possibilitem ao autor e ao leitor novas formas de usufruir da infinita “biblioteca sem muros” (CHARTIER, 1998).

Também é preciso dinamizar e tornar as aulas de literatura interessantes e não apenas uma disciplina que completa a grade curricular. Aprender literatura é tão importante quanto língua portuguesa, matemática, biologia, química, física e outras. A literatura não pode deixar de ser ensinada nas escolas e nem ser substituída por uma atividade extracurricular qualquer. Todos os alunos, desde o ensino fundamental, têm direito a experimentarem o prazer da leitura e a produção textos como forma de inclusão no mundo da cultura letrada e à formação humana.

Os professores também têm direito a muito mais reconhecimento, condições de trabalho e a ter acesso a bons textos literários. As precárias condições culturais e sociais do Brasil não justifica que a literatura não seja ensinada e aprendida com qualidade. Não há como (e nem porque) esperar a criança crescer para começar a ter uma educação literária. Desde a mais tenra idade é possível despertar o gosto pelos livros e seu conteúdo. É preciso não esquecer que muitas de nossas crianças poderão ter morrido de "bala ou vício", bem antes que [sejam consideradas] prontas, maduras e, finalmente, autorizadas a ler [bons textos literários] (MORTATTI, 2010, p. 148).

Em meio a tantos problemas sociais e educacionais que dificultam a abordagem literária na educação infanto-juvenil, torna-se imprescindível propor uma metodologia que facilite o entendimento e desperte o interesse por novas descobertas literárias. Cada faixa etária deve ter uma abordagem específica, de caráter interdisciplinar e que incentive a relação entre a produção do gênero e o nível escolar do leitor previsto. Assim será possível contemplar, ao mesmo tempo, o literário e o didático, facilitando a compreensão textual e seus aspectos específicos. A busca pelo gosto estético dos leitores, sejam crianças, adolescentes ou

jovens, não deve impedir que sejam propostas criações literárias de qualidade e de complexidade compatível com o nível escolar.

Ensinar literatura é ensinar história, tradição e valores. A educação literária é um patrimônio nacional que contribui para a formação integral do cidadão. Um cidadão que lê, que influencia a leitura e, conseqüentemente, participa na construção de outros cidadãos. É imperativo que o ensino de literatura precisa avançar nas escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas. O ensino da literatura deve começar no ensino fundamental, quando o aluno, a criança está iniciando seu processo de formação e pode ser formada para a leitura literária. Para isso é necessário que a licenciatura em Pedagogia tenha uma disciplina que qualifique os futuros educadores a ensinarem literatura nas séries iniciais da educação básica. Essa qualificação não pode ocorrer apenas por metodologias teóricas, pois ficará faltando o essencial, ou seja, a prática da leitura, o senso crítico da boa leitura e a vivência da fruição estética.

Para que um professor possa ensinar seus alunos a importância da leitura é necessário que ele acredite nisso. Como falar de Clarice Lispector, de Machado de Assis, de Rubem Fonseca se não leu, se não tem conhecimento mínimo da obra e das características do escritor. É possível, mesmo que a longo prazo, mudarmos o futuro do ensino literário brasileiro, mas é imprescindível que as mudanças sejam imediatas, pois a literatura pode proporcionar momentos sócio-históricos-culturais únicos. Conforme afirma Ruth Silviano Brandão Lopes (1982, p.27),

“A nau catrineta” de Rubem Fonseca é um texto que flutua entre dois espaços, duas literaturas – a brasileira e a portuguesa – possibilitando uma nova leitura da História do Brasil, macabra e irônica ao mesmo tempo, situando-se episodicamente no domínio do fantástico, na medida em que cria um efeito de hesitação e estranheza no leitor.

Retomando os postulados de Candido (1995), a Literatura é um direito social e cultural humano, nela podemos perceber, das diversas formas, a diversidade cultural da qual a sociedade é formada. Por ela recebemos os ensinamentos sobre nossa própria existência. A literatura é uma essência ao homem. De acordo com Candido (1995), a literatura deveria ser incluída como um direito humano, pois assim o homem deixaria de pensar por meio do sistema político imposto na sociedade e teria a possibilidade de pensar no outro como em si mesmo.

REFERÊNCIAS

BENATTI, Andre Rezende. A estética violenta das narrativas Ana Paula Maia. In.: *Letras*, Santa Maria, v. 30, n. 61, p. 399-416, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42843/pdf> Acessado em 10/05/2022.

AZEVEDO, Fernando. **Clássicos da Literatura Infantil e Juvenil e a Educação Literária**. Guimarães: Opera Omnia, 2013.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. ed. Glaciar: São Paulo, 1992. p. 16-20.

BRANDÃO, Ruth Silviano. Uma nau flutua entre textos. **Boletim do Centro de Estudos Portugueses**, Belo Horizonte, v. 7, p. 27-33, 1982.

ARENDDT, Hannah. A crise na educação. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. B. Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 221-247.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos?** (5a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. reorg. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 169-192.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. R. C. C. Moraes. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial, 1998.

CULLER, Jonathan. **Teoria da literatura: uma Introdução**. Trad. Sandra G. T. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. ed. UNESP: São Paulo, 2003, p.11-16.

FONSECA, Rubem. **Feliz Ano Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GARRETT, Almeida. Romanceiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. 3v. **Leituras**: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, n. 4, primavera de 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

LEMUS, Victor Manuel. Actualidad del realismo feroz: a propósito de la obra de Rubem Fonseca. In.: **Terceria margen**. N.21. Rio de Janeiro, p.93-108. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11019/8039>. Acessado em 10/05/2022.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo -1876/1994. Brasília/DF: MEC/INEP/CONPED; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAREIRA, Maria Luiza Scher. Textos que se visitam. In.: **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, p. 44-50, jan.-jun. 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/26725/15314>. Acessado em 10/05/2022.

Submetido: 27/07/2022

Aceito: 08/05/2023